

NECAT

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

**TEXTO PARA DISCUSSÃO
010/2014**

**Economia catarinense:
Crescimento com desigualdades
regionais¹**

Lauro Francisco Mattei

¹ Artigo apresentado no V Encontro de Economia Catarinense realizado em 2011.



ECONOMIA CATARINENSE: CRESCIMENTO COM DESIGUALDADES REGIONAIS²

Lauro Mattei³

Resumo

O artigo discute a evolução da produção de Santa Catarina a partir da conformação histórica de ocupação do território catarinense, a qual resultou em um processo de regionalização dos setores produtivos mais dinâmicos no estado. Assim, se destaca na região Norte as indústrias do complexo metal-mecânico e eletrônico; no Vale do Itajaí a indústria têxtil, na região Sul as indústrias de cerâmica e plástico e na região Oeste a indústria agroalimentar. Além disso, discute-se também o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos, com destaque para o PIB e o comércio externo, mostrando que em alguns anos recentes a dinâmica produtiva catarinense chegou a apresentar taxas de crescimento superiores às taxas do país. Concluiu-se o estudo mostrando que, apesar de Santa Catarina manter sua participação no cenário econômico nacional, o estado ficou de fora dos grandes investimentos que ocorreram na região Sul do país recentemente, bem como continua apresentando diversos gargalos em termos de infraestrutura, particularmente nos setores de energia e transportes, e de atendimento na área social, especialmente no setor da saúde pública.

Palavras-Chave: Santa Catarina, regionalização produtiva, indicadores macroeconômicos

INTRODUÇÃO

Este ensaio representa a continuidade de um processo de sistematização e análise de informações sobre a economia catarinense que venho desenvolvendo nos períodos recentes. Como é do conhecimento de todos, essa não é uma empreitada fácil pelo fato de Santa Catarina apresentar deficiências em termos de estruturas que operem sistematicamente com a produção e disponibilização de dados e informações relevantes e atualizadas.

O fio condutor do trabalho foi observar o modo como as mudanças que ocorreram recentemente no país, em especial na última década do século XX, se manifestaram sobre a estrutura produtiva e econômica do estado. Buscou-se, assim, analisar indicadores e captar percepções sobre os principais impactos das mudanças estruturais em curso.

Inicialmente, deve-se registrar que o estado de Santa Catarina não ficou à margem do processo de reestruturação adotado pelo país nos últimos anos. Sendo uma economia ainda com forte presença industrial, as novas condições regulatórias introduzidas no país – sobretudo a liberalização do comércio externo, iniciada com a

² Artigo apresentado no V Encontro de Economia Catarinense realizado em 2011.

³ Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

derrubada de alíquotas de importação e amplificada com a política de câmbio do Plano Real – repercutiram em várias de suas atividades produtivas, merecendo destaque os ajustes nos setores têxtil-vestuário, metal-mecânico e agroindustrial, em que foram combinadas medidas de cunho reestruturante (em termos tecnológicos e organizacionais) com iniciativas de redução de custos (implicando diminuição de mão-de-obra).

Há certo consenso entre analistas de que as mudanças recentes representam um ingrediente novo no debate sobre o desenvolvimento econômico em escala de país e em nível das unidades da federação. Registre-se, entretanto, que essas transformações não chegam a caracterizar um cenário de mudança no quadro de desigualdades regionais que historicamente conforma a geografia nacional.

Em Santa Catarina tais mudanças suscitam interrogações, entre outras coisas, sobre a continuidade de estruturas herdadas da história, e que em alguns meios acadêmicos e políticos estaduais são tratadas equivocadamente como parte de um “modelo catarinense de desenvolvimento”. O que se pretende reafirmar aqui, mesmo que de forma genérica, é que SC faz parte do modelo econômico do país, que apresenta contrastes marcantes, especialmente em termos de disparidades econômicas regionais (Lins & Mattei, 2001).

Para tanto, o ensaio está organizado em três seções. Na primeira delas faz-se uma breve reconstituição do processo histórico de ocupação do território, realçando as distintas dinâmicas produtivas que foram sendo implementadas ao longo do tempo. A segunda seção apresenta um conjunto de indicadores econômicos, com destaque para o comportamento agregado da economia catarinense, além dos movimentos do comércio externo. Finalmente, a terceira seção apresenta algumas considerações sobre a dinâmica e as perspectivas econômicas de Santa Catarina.

I – BREVES NOTAS SOBRE A CONFORMAÇÃO HISTÓRICA: DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO À REGIONALIZAÇÃO PRODUTIVA⁴

O estado de Santa Catarina foi, durante o período colonial, apenas um caminho de passagem entre a região de São Vicente (São Paulo) e o Estuário da Prata. Somente a partir de meados do século XVII é que foram sendo ocupadas algumas áreas,

⁴ - Seção baseada em Lins & Mattei (2001).

destacando-se a formação dos povoados de São Francisco do Sul (1645), de Florianópolis (1650) e de Laguna (1676). Assim, “desde o início de sua formação, seu papel foi o de complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira, não só como fornecedor de certos bens, mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente do gado gaúcho e no avanço do serviço militar contra os espanhóis confinantes” (CEAG/SC, 1980 p.43).

Isto determina uma característica específica à Santa Catarina, na medida em que nos dois primeiros séculos da colonização do estado não se configurou um sistema econômico cujos objetivos eram produzir e exportar produtos para os mercados da colônia, mas sim garantir a defesa do território.

De um modo geral, observa-se que a ocupação das terras catarinenses ocorreu inicialmente pela região litorânea, com destaque para a região do Desterro (atualmente Florianópolis) e de Laguna, no sul do estado, provocando certa separação com as demais regiões, sobretudo na área do Planalto Serrano. No primeiro caso, conformou-se uma base militar estratégica para a defesa da colônia e, em Laguna, organizou-se um entreposto de exportação do gado das planícies planas para o estado de São Paulo.

A colonização açoriana que predominou na parte litorânea do estado foi intensificada na primeira metade do século XVIII, sendo que a maioria dos imigrantes era constituída de pequenos agricultores e de pescadores. Os primeiros tinham como atividade econômica mais importante o cultivo da mandioca e a produção de farinha. Já os pescadores tinham como atividade econômica primordial a pesca da baleia, de onde produziam o azeite.

Na segunda metade do século XVIII ganha importância econômica a região do Planalto Serrano, com destaque para a cidade de Lages. Com a expansão da mineração no estado de Minas Gerais, aumentou a necessidade do gado, tanto para a alimentação como para servir de meio de transporte. É neste contexto que são descobertos dois caminhos alternativos para deslocar o gado gaúcho até São Paulo. Primeiramente foi desbravado o caminho do “Morro dos Conventos” que atingia a região do Planalto Catarinense tornando o transporte mais econômico, uma vez que o mesmo se realizava via terrestre. Com isso, perde importância o entreposto de Laguna, na região litorânea. Posteriormente, foi descoberta a rota para Lages via Vacaria (RS). Com isso, o planalto catarinense passou a se ligar mais efetivamente com as áreas produtoras gaúchas e com os campos curitibanos do que com o litoral catarinense. Esta nova atividade econômica

propiciou um novo progresso para o estado, porém em estágio bem inferior ao verificado nos demais estados da região Sul.

Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que até o final do século XVIII configurou-se um sistema econômico de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto). Este cenário só se modificou a partir de meados do século XIX e início do século XX, quando Santa Catarina começou a ter mais espaço na esfera nacional. Para isso, foi decisiva a política de incentivo à imigração implementada pelo governo imperial devido à abolição do tráfico de escravos a partir de 1850. Além disso, neste mesmo período foi definida a nova lei de terras que regulamentava a aquisição das propriedades pelos imigrantes.

Durante o período acima mencionado houve um enorme processo de imigração para as regiões do Vale do Itajaí (Blumenau e Brusque), para a região Norte (Joinville e Jaraguá do Sul e São Bento do Sul) e para o Sul do estado (Criciúma e Urussanga). A partir deste período verifica-se o início da transformação da base econômica com o surgimento de pequenas indústrias nos setores alimentar, têxtil, erva-mate e de madeiras, o que possibilitou o salto para a industrialização efetiva no século seguinte. Em função disso, o sistema econômico deixa de ter sua base exclusivamente voltada para a subsistência local e passa a participar também da dinâmica do país, através do fornecimento de excedentes, em sua maioria de origem agropecuária.

Em função disso, conformou-se um sistema econômico que não se integrou ao nível do estado, mas que desenvolveu uma dinâmica de interligação das cidades-pólo regionais com os outros estados do país. Como exemplo, pode-se citar a articulação de Joinville e região com a cidade de Curitiba, através da cultura da erva-mate; a articulação de Lages aos Campos Gerais do Paraná e a São Paulo, via produção pecuária e extração da madeira; a articulação de Blumenau e Brusque ao eixo Rio-São Paulo, através da exportação de produtos têxteis pelo porto de Itajaí, etc. O resultado é que até bem recentemente não havia uma integração mais efetiva entre as várias regiões do estado, seja em termos comerciais, produtivos e até mesmo rodoviários.

1.1 – Dinâmicas produtivas regionais

Atualmente nota-se que a dinâmica produtiva catarinense pode ser delimitada a partir das seis principais mesorregiões geográficas, configurando um cenário de uma economia com fortes traços de regionalização, conforme sintetizaremos na seqüência.

Na mesorregião da Grande Florianópolis, sede administrativa do estado, as atividades econômicas durante o período colonial restringiram-se à pesca artesanal e ao cultivo de produtos de subsistência, com destaque para a cultura da mandioca e a fabricação da farinha e, em menor escala, do milho, arroz e feijão. O primeiro vestígio industrial foi a instalação, ainda no século XIX, da empresa Hoepcke, que era uma fábrica de pregos e de bordados instalada na cidade de Florianópolis.

No pós-guerra essa região sofreu um forte processo de urbanização, sendo que atualmente é a região mais urbanizada do estado, com índices ao redor de 85%. Para isso, contribuíram decisivamente a melhoria dos serviços básicos de infra-estrutura; a dinamização dos serviços administrativos do estado; a busca de uma melhor integração com as demais regiões; a implantação da Universidade Federal e a instalação de uma rede de atividades vinculadas ao turismo, transformando-a em um dos mais importantes pólos turísticos do estado.

Do ponto de vista das atividades econômicas, há uma predominância do setor terciário sobre os demais. No setor primário, as atividades ligadas à agricultura, embora fundamentais para alguns municípios, têm pouca expressão no âmbito do estado, se restringem ao cultivo de produtos alimentares básicos, com destaque para os hortifrutigranjeiros, que além de servir de alimentos para as famílias são comercializados na própria região. No setor secundário, é baixa a participação da região no âmbito do estado. As atividades industriais, em sua maioria, são de pequeno porte e se distribuem por vários setores (alimentar, têxtil e de confecções, minerais não-metálicos, calçados e embalagens de plásticos). Mas o que mais tem crescido em importância nos últimos anos são as atividades articuladas em torno do pólo tecnológico de Florianópolis, cujo objetivo é desenvolver tecnologias para os setores da informática, da automação industrial e de telecomunicações.

Mesmo com esses avanços, é o setor terciário quem ainda comanda a dinâmica econômica da região. Isto se deve a forte presença dos serviços correlacionados ao setor do turismo, que transformou a mesorregião num dos mais importantes pólos turísticos do país. Além do turismo, merece ser destacado também o papel do serviço de

educação, uma vez que em Florianópolis encontram-se as principais universidades do estado; o papel dos empreendimentos comerciais; a infra-estrutura da administração pública estadual e uma das principais praças financeiras do estado.

A mesorregião do Planalto Serrano se transformou em um centro de produção pecuária, com predomínio de uma estrutura agropecuária assentada nas médias e grandes propriedades. Assim, desde os primórdios da colonização conformou-se um sistema econômico ancorado na produção pecuária extensiva e na exploração da madeira nativa. A partir da segunda metade do século XX esse último setor ganhou impulso com a instalação na região de empresas de grande porte nos ramos de papel e celulose.

Atualmente a dinâmica econômica apresenta uma distinção bem nítida entre os vários setores. No setor primário, verifica-se a permanência da produção pecuária ainda sob o sistema extensivo e com baixa produtividade, apesar da introdução recente do sistema de confinamento. O que avançou tecnicamente foi a bovinocultura de leite, que através do melhoramento genético do rebanho e da adoção de novas técnicas de manejo, conseguiu elevar consideravelmente a produtividade. Na área agrícola a região se destaca na produção de alho, maçã, milho, feijão, batata e soja. Dentre estes produtos a região é a principal produtora de alho do estado, a segunda maior produtora de maçã e destaca-se na produção de batata, principalmente na produção de sementes, devido ao clima favorável. Já nos municípios de Curitibanos e Campos Novos avançam as culturas do milho e da soja, principalmente nas médias e grandes propriedades.

No setor secundário, mesmo com a crise da indústria madeireira e de seus derivados nas décadas de 1970 e 1980, observa-se uma retomada dessas atividades, sendo que os ramos de papel e de celulose sem constituem num dos segmentos industriais mais competitivos do estado. Verifica-se também a expansão do ramo da indústria moveleira, embora o principal pólo estadual desse ramo industrial se localize na região do Planalto Norte.

No setor terciário, observa-se uma concentração das atividades comerciais nas cidades pólos (Lages, São Joaquim e Curitibanos), porém sendo um setor com menor participação relativa devido às características econômicas regionais.

A parte do Planalto Norte que integra a mesorregião Norte, tendo como principais cidades Mafra, Canoinhas, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul, começou a ganhar mais destaque no cenário econômico a partir do pós-guerra, quando o

setor da madeira se transformou no elemento dinamizador da economia regional em função do quadro natural favorável e da abundância de matérias-primas.

No setor primário prevalece uma economia de pequena escala e com destaque relativo no âmbito do setor agropecuário estadual. Dentre os principais produtos destacam-se as culturas do milho, do feijão, do fumo, da soja e da batata e as criações de frangos e de suínos.

O setor secundário é o motor da economia regional. A principal atividade econômica é a fabricação de móveis, com um parque industrial composto por pequenas e médias empresas, sendo que a região é responsável atualmente por 25% das exportações brasileiras do setor moveleiro.

O setor terciário tem uma participação bem menos expressiva que os demais, tanto em termos econômicos como de ocupação da mão-de-obra. As principais atividades estão relacionadas ao ramo do comércio, porém com o agravante de que não existem grandes centros dinamizadores dessa atividade na região, tendo em vista que as principais cidades são de pequeno porte, comparativamente às cidades pólo das demais regiões.

A parte Litoral da mesorregião Norte apresenta Joinville como a principal cidade, apesar de São Francisco do Sul ter sido um dos primeiros pólos de colonização. A chegada dos imigrantes na segunda metade do século XIX é que impulsionou o desenvolvimento da região. No início da colonização a economia regional era de subsistência básica, com geração de excedentes para comercialização local. As principais atividades eram o mate e a madeira, cuja exploração é mais intensificada a partir das primeiras décadas do século XX. Registre-se a importância da construção da estrada Dona Francisca, iniciada em 1858 e que ligava Joinville ao Planalto Norte e a Curitiba, especialmente para o caso do transporte da erva mate.

A partir dessas duas atividades principais emergem um conjunto de atividades complementares ligadas ao processamento, transporte e comércio dessas mercadorias, que estão na base da industrialização, processo este que é impulsionado fortemente no final do século XIX com a chegada de novos imigrantes, em sua maioria de origem alemã, e com a instalação da indústria têxtil e metal-mecânica. Assim, nota-se que houve um enorme crescimento do ramo metalúrgico a partir da instalação de uma série de indústrias (fábricas de artefatos de metal, fábricas de parafusos, fábrica de pregos, de arame farpado, fogões de ferro, etc.) e do ramo têxtil com a instalação de empresas de grande porte no setor de malharia. Posteriormente ocorreu ampliação do parque

industrial, com destaque para a instalação de empresas de motores elétricos, de refrigeradores, de produtos sanitários, de carrocerias de automóveis, de produtos farmacêuticos, etc. Com isso, a região se tornou no pólo industrial mais dinâmico do estado com uma estrutura bastante diversificada e articulada ao centro do país.

O setor primário tem uma pequena expressão na região, sendo que os principais produtos são arroz, banana, mandioca, criação de frangos e bovinocultura de leite, embora no município de São Francisco do Sul localiza-se o principal porto exportador de grãos do estado.

O setor secundário, como dissemos, encontra-se extremamente diversificado e com altos índices de competitividade em diversos setores, com destaque para o metal-mecânico, elétrico, plásticos, têxtil e confecções, ambos tendo as cidades de Jaraguá do Sul e Joinville como epicentro. Nos últimos anos foi implantado na cidade de Joinville o programa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para o desenvolvimento do setor de software.

O setor terciário também vem crescendo de importância, principalmente nas últimas décadas. Neste sentido, destacam-se o comércio e os serviços financeiros, uma vez que a cidade de Joinville, juntamente com Florianópolis, concentra grande parte das atividades bancárias do estado. Esse setor, juntamente com o secundário, responde por mais de 94% da renda regional.

Na mesorregião do Vale do Itajaí os primeiros ramos industriais implantados foram o alimentar e o têxtil. A partir de 1880, tanto em Blumenau como Brusque, foram criadas por imigrantes grandes fábricas desses produtos, alçando rapidamente a região à condição de principal pólo industrial do estado. Já em Itajaí se localizavam armazéns de despacho e fábricas de charutos, as quais mantinham relações próximas com os empresários de Blumenau e Brusque.

No pós-guerra houve uma intensificação do crescimento industrial, ganhando importância, além do ramo têxtil, as indústrias metalúrgicas, fumageira, alimentícia e da madeira, sendo que os dois últimos ramos decresceram em importância econômica no final do século XX. No primeiro caso, em função dos baixos índices técnicos, o núcleo dinâmico desse setor se desloca para região Oeste do estado e, no caso da madeira, o Planalto Norte passa a ser o principal pólo industrial do conjunto atividades ligadas ao complexo madeireiro.

Convém lembrar que essa grande região se articula a partir de três microrregiões distintas: o Alto Vale do Itajaí (Ibirama e Rio do Sul), o Médio Vale (Blumenau e

Brusque) e o Baixo Vale (Itajaí e zona litorânea). Essa divisão é importante porque revela que internamente ocorrem diferentes dinâmicas econômicas. Por exemplo, no Alto Vale predominam as atividades agropecuárias, enquanto que em Blumenau e Brusque predominam as atividades industriais mais importantes da região e, finalmente, no Baixo Vale predominam as atividades ligadas ao porto de Itajaí e ao complexo turístico, onde se destaca a cidade de Balneário Camboriú, ao lado de Florianópolis, é um dos principais pólos turísticos do estado.

O setor primário é bem diversificado e contribui significativamente com alguns produtos que colocam o estado na dianteira nacional. Dentre estes produtos, destacam-se o milho, arroz, fumo, banana e a cebola, além da criação de frangos, suínos e bovinocultura de leite.

O setor secundário apresenta duas características básicas: por um lado, é bastante especializado (indústrias têxteis e de confecções) e, por outro, é bem diversificado (mecânica, metal-mecânica, de materiais elétricos, do fumo, etc.). O ramo têxtil e do vestuário, apesar da crise enfrentada com a abertura comercial, detém os principais grupos empresariais nacionais, em sua maioria localizados nas cidades de Blumenau e Brusque. Especificamente na região de Itajaí avançou bastante a indústria de pescados. A cidade de Itajaí também domina um conjunto de atividades ligadas ao complexo portuário. Na década de 1990 o Vale do Itajaí, em especial Blumenau, entrou na área da indústria da informática, com destaque para o projeto denominado de Blusof.

O setor terciário cresceu de importância na região, principalmente em função das atividades relacionadas ao setor de turismo, tanto do turismo litorâneo como das atividades turísticas relativas às tradições culturais de vários municípios da região. Além desse setor, destacam-se as atividades de serviços relativas ao complexo portuário e ao comércio regional.

A mesorregião Sul catarinense, liderada pelas cidades de Criciúma, Tubarão, Laguna e Araranguá, teve a agricultura como atividade econômica básica no início da colonização, com a exploração carbonífera dominando posteriormente o cenário econômico. A exploração carbonífera atingiu o seu auge em meados dos anos de 1980, quando existiam na região 11 empresas mineradoras de grande porte. Porém, com a liberalização das importações no começo dos anos de 1990 a exploração carbonífera entrou em colapso e a região aprofundou a diversificação produtiva que já vinha sendo ensaiada a partir da década anterior.

O setor primário regional ainda detém um papel importante no âmbito do estado. Dentre os principais produtos cultivados, destacam-se o milho, o arroz e o fumo, além da criação de suínos e aves e a bovinocultura de leite. Com isso, essa área participa com aproximadamente 11% na formação do valor bruto da produção agropecuária estadual.

O setor secundário apresenta uma dinâmica econômica bastante diversificada sendo que no lugar do carvão avança o ramo dos não-metálicos, com o Sul do estado transformando-se no principal pólo cerâmico do país. Deve-se registrar que esse processo também foi influenciado pelo ramo da construção civil. Além disso, é preciso destacar, ainda, que a expansão da indústria cerâmica acabou fomentando o surgimento de outros setores industriais, como é o caso da indústria metalúrgica, química, de esmalte cerâmico, de embalagens plásticas, de materiais gráficos, etc. Merece destaque também a expansão da indústria do vestuário na região Sul catarinense.

O setor terciário é o de menor importância econômica entre os três setores considerados. O ramo turístico assume algum destaque, principalmente nos municípios de Laguna, Araranguá, Imbituba e Garopaba, além do complexo de águas termais de Gravatal. Também merecem ser destacadas as atividades de serviços relacionadas à área portuária (porto de Imbituba) e ao ramo de comércio, sendo que Criciúma e Tubarão concentram as melhores praças comerciais.

Finalmente, a mesorregião Oeste, sendo a última área de colonização do estado, com a ocupação sendo mais expressiva a partir do início do século XX, apresenta Chapecó, Concórdia, Caçador, Joaçaba e São Miguel do Oeste como as principais cidades. Registre-se que a madeira foi a principal atividade econômica responsável pelo povoamento de toda a grande região, processo iniciado pelo Vale do Rio do Peixe (Joaçaba) e finalizado no Extremo-Oeste (Dionísio Cerqueira), divisa com a Argentina. Registre-se que essa atividade esteve associada às atividades das companhias privadas de colonização que operavam na região.

Juntamente com a madeira foi sendo desenvolvida a produção agropecuária, com o cultivo de alguns produtos básicos (milho, arroz e feijão) e a criação de animais de serviço e também de suínos e aves para a alimentação. Em um espaço de tempo muito curto, essas atividades assumiram a dinâmica econômica da região e transformaram o Oeste no principal pólo agroindustrial do estado, devido ao surgimento neste local das empresas agroindustriais que atualmente figuram como líderes no mercado nacional (Perdigão, Sadia, Chapecó, Seara, Aurora, etc.).

A partir dos anos de 1970 o complexo agroindustrial catarinense ligado aos setores de suínos e aves deu seu grande salto ao se inserir no mercado internacional, sendo que hoje os produtos da Sadia e da Perdigão podem ser encontrados em mais de 80 países do mundo.

O setor primário é preponderante na região, sendo que a maior parte dos municípios ainda mantém sua base rural. Prevalece o sistema de integração dos produtores familiares às agroindústrias. Dentre os principais produtos agrícolas, destacam-se o milho, arroz, feijão, mandioca, soja, fumo e algumas frutíferas, como é o caso da maçã e da laranja. Já na área animal destaca-se a criação de suínos e aves, além da criação da bovinocultura de leite, articulada ao sistema integrado de produção familiar.

O setor secundário apresenta um relativo dinamismo na região, com a base do parque industrial articulada a partir da indústria alimentar e de processamento da soja, com a fabricação de óleo e da torta de farelo de soja para exportação. Além desses ramos, deve-se destacar ainda a indústria madeireira nas proximidades da cidade de Caçador e de Matos Costa, atividade esta que está mais articulada com as atividades madeireiras do Planalto Norte, e a instalação de pequenas indústrias de máquinas e equipamentos para o setor agropecuário.

O setor terciário apresenta o mais baixo dinamismo dentre as atividades econômicas. Apenas o comércio assume algumas proporções nas cidades pólos, como é o caso de Chapecó, Joaçaba, Videira, Concórdia e Caçador. Não há uma praça financeira forte na região e as atividades na área do turismo têm uma abrangência apenas regional, como é o caso das águas termais em Piratuba.

II – ALGUNS INDICADORES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Esta seção apresenta diversas informações agregadas, na tentativa de captar aspectos da macroeconomia catarinense e abordagens da estrutura produtiva em nível regional. A intenção é proporcionar uma visão a um só tempo abrangente e específica, o que requer referência a alguns indicadores basilares da economia de Santa Catarina, como é o caso do PIB e do comércio externo.

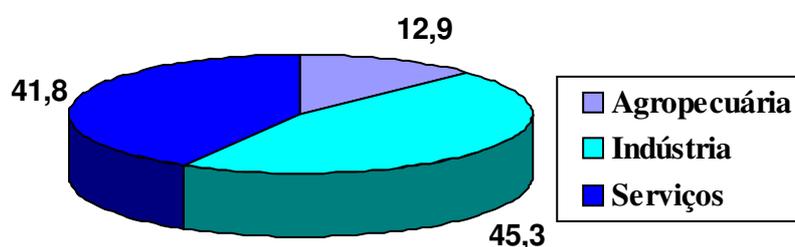
2.1 – Os agregados macroeconômicos

O montante agregado produtivo do estado vem apresentando uma trajetória ascendente ao longo das duas últimas décadas, fazendo com os valores absolutos a partir do ano de 2000 ultrapassassem a cifra de 30 bilhões de dólares. Esse forte crescimento está associado à dinâmica global da economia catarinense, que durante as décadas acima referidas manteve taxas médias de crescimento superiores às taxas do país. De fato, na década de 1990 o estado de Santa Catarina apresentou um crescimento médio anual da ordem de 3%, enquanto a taxa média de crescimento do PIB do país não ultrapassou a 2% ao ano.

Em grande medida, esse desempenho bastante favorável do PIB catarinense pode ser creditado ao papel decisivo da indústria na produção global do estado, uma vez que o setor secundário continua mantendo sua importância, com pequenas oscilações, ao contrário do que se percebe no setor primário, que vem perdendo espaço nas atividades econômicas catarinenses.

A composição setorial do PIB (gráfico 1) indica que o alicerce básico da economia catarinense ainda é o setor secundário, prolongando característica que se mantém desde o final dos anos de 1970. Em grande parte, isso reflete uma estrutura industrial consideravelmente diversificada em termos produtivos e regionais, conforme discutimos na seção anterior.

Gráfico 1: Participação setorial do PIB catarinense (2000)



Fonte: IBGE

Cabe realçar, de todo modo, que o setor agropecuário também conserva o seu nível de participação no produto, o que se explica pela forte presença do sistema

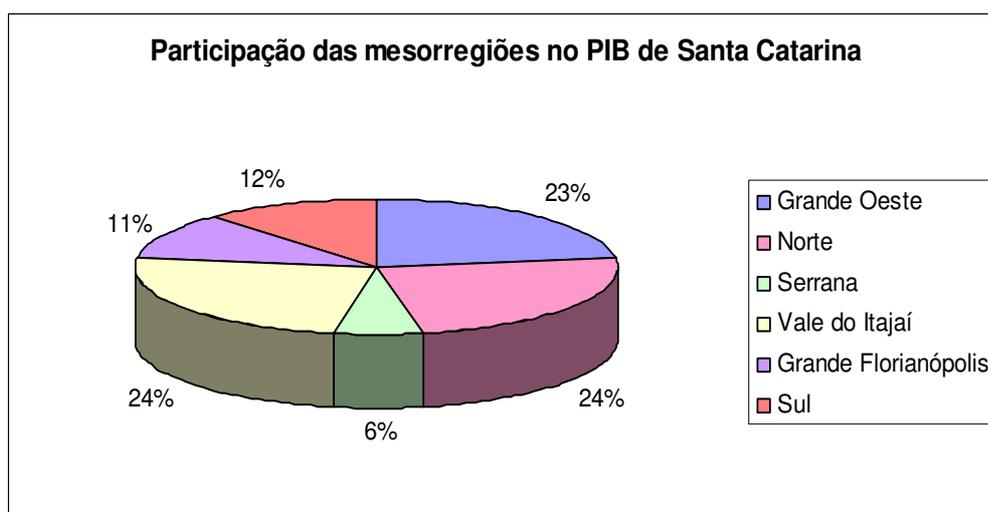
agroindustrial na economia catarinense, traduzida nas cadeias produtivas de suínos e aves, principalmente.

Já o setor terciário (serviços) parece apresentar comportamento inferior ao setor secundário. Se isso de fato se confirmar como tendência, o estado catarinense estará caminhando em sentido oposto ao da economia do país como um todo, uma vez que nessa escala o setor terciário apresenta-se há anos como o principal da economia.

O IBGE divide o estado de Santa Catarina em seis mesorregiões, quais sejam: Grande Oeste; Norte; Planalto Serrano; Vale do Itajaí; Grande Florianópolis e Sul, as quais ocupam, respectivamente, 28,55%; 16,76%; 23,57%; 13,65%; 7,31%; 10,17% da superfície territorial de Santa Catarina⁵.

Chamamos a atenção para essa divisão geográfica para mostrar o peso das mesmas nos agregados macroeconômicos estaduais, conforme gráfico 2. Os dados comprovam o peso das regiões Norte (com dados agregados do Planalto Norte e do Litoral Norte), Vale do Itajaí e Grande Oeste, que juntas respondem por mais de 70% do PIB estadual. Essa participação expressiva se deve, no caso das duas primeiras regiões, ao papel decisivo dos setores industriais de ponta mencionados na seção anterior, enquanto que no caso da região Oeste esse desempenho está relacionado ao forte papel desempenhado pelas grandes empresas agroindustriais.

Gráfico 2: Distribuição % do PIB catarinense por mesorregiões (2004)



Fonte: Seminários disciplina Economia Catarinense (2005)

⁵ Na seção anterior, que descreve a dinâmica produtiva regional, separamos a mesorregião Norte em duas partes: Planalto Norte e Litoral Norte. Essa separação foi utilizada apenas para mostrar a localização distinta de determinadas atividades produtivas.

Um segundo bloco regional é composto pelas regiões Sul e Grande Florianópolis, as quais respondem por 23% do agregado estadual. Ressalta-se que apenas a região Sul, em função do processo de reestruturação produtiva das duas últimas décadas, vem aumentando sua participação no âmbito estadual.

Finalmente, merece registro a baixa expressão percentual da região Serrana (também conhecida como Planalto Serrano) no agregado estadual, mesmo que setores industriais tenham se expandido em diversos municípios da região, como é o caso das indústrias de papel e celulose. No entanto, a permanência de uma estrutura agrária latifundiária ocupada por uma pecuária extensiva e com baixa produtividade é o fator determinante dessa inexpressiva participação da região no PIB catarinense.

Na seção anterior vimos também que dentro de cada uma dessas mesorregiões o processo produtivo é comandado por um pequeno número de municípios que se transformam em pólos de desenvolvimento regional. De alguma forma, esse comportamento acaba gerando um nível elevado de concentração de recursos em poucas cidades, processo este que conduz a um aumento das disparidades locais.

A tabela 1 mostra, em parte, esse movimento, uma vez que apenas 12 dos 293 municípios do estado respondem por mais de 45% de toda a riqueza produzida. Essa dúzia de grandes municípios se distribui quase que equitativamente em todas as mesorregiões, exceto na região Serrana, onde apenas a cidade de Lages monopoliza grande parte da produção agregada.

Neste grupo destacam-se as cidades de Joinville, Blumenau e Florianópolis, que juntas respondem por mais de um quinto do PIB catarinense. Isso significa um processo bastante concentrado de atividades econômicas ao redor desses três pólos regionais, sendo Florianópolis o caso mais específico, devido ao inexpressivo papel do setor primário e a baixa participação do setor secundário no agregado regional.

Tabela 1: Participação % no PIB de 12 municípios (2004)

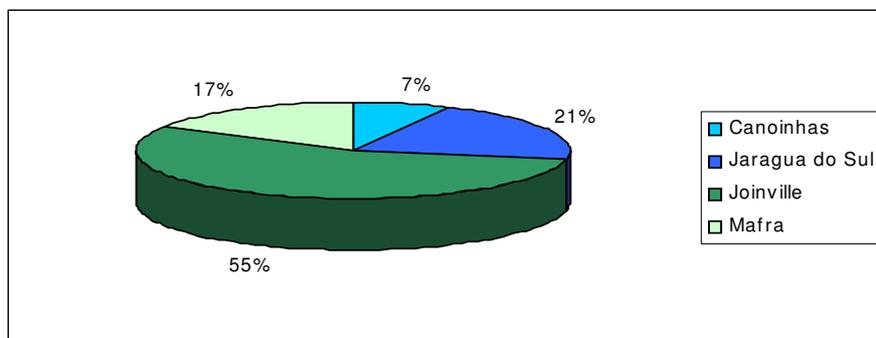
PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	% DO PIB ESTADUAL
Joinville	10,15
Florianópolis	6,42
Blumenau	6,19
Jaraguá do Sul	3,81
Chapecó	3,72
Itajaí	3,03
Criciúma	2,70
São José	2,45
Lages	2,02
Concórdia	2,00
Brusque	1,89
Tubarão	1,40
TOTAL	45,81

Fonte: Seminários disciplina Economia Catarinense (2005)

O gráfico 3 mostra essa tendência de concentração em uma determinada mesorregião. As informações mostram o Norte catarinense, que é composto por quatro microrregiões, conforme indicado. Percebe-se o alto poder de comando da cidade de Joinville, uma vez que ela responde por 55% do agregado regional. Somando-se a ela a cidade de Jaraguá do Sul, que forma o pólo industrial regional, chega-se ao patamar de 76% da produção agregada da região. Ou seja, apenas dois municípios respondem pela grande maioria da produção, o que demonstra um elevado grau de concentração da riqueza produzida em um espaço geográfico restrito.

Essa mesma dinâmica é observada em outras mesorregiões estaduais. No caso da região Oeste, que comporta cerca de 100 municípios, apenas três deles (Chapecó, Concórdia e Joaçaba) respondem por aproximadamente 50% do agregado regional.

Gráfico 3: Participação das microrregiões no PIB Norte Catarinense



Fonte: Seminários da disciplina de Economia Catarinense (2005)

Essas informações demonstram que, embora SC apresente uma dinâmica produtiva relativamente bem distribuída em todo território, está em curso um processo de concentração das atividades produtivas em cidades-pólos regionais. Em parte, esse comportamento das atividades econômicas tem reflexos sobre outros indicadores, especialmente sobre a dinâmica populacional, cujo fluxo na última década do século XX continuou sendo em direção as cidades litorâneas, especialmente para a região da Grande Florianópolis e para a microrregião de Balneário Camboriú.

2.2 – O comércio externo de Santa Catarina

O desempenho exportador da economia catarinense é analisado a partir do perfil das exportações e dos mercados destinatários. Cabe assinalar inicialmente que os dez principais produtos exportados por Santa Catarina no início dos anos de 2000, responsáveis por aproximadamente 50% do valor das vendas externas do estado, foram: compressores, pedaços de galos/galinhas, carnes de galos/galinhas não cortadas em pedaços, roupas de toucador e cozinha, bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo, ladrilhos, fumo não manufaturado, carnes de suínos, móveis de madeira e madeiras serradas. Com isso, verifica-se que são, em sua maioria, produtos oriundos dos mais importantes complexos industriais de Santa Catarina.

A participação de Santa Catarina no conjunto das exportações do país é mostrada através da tabela 2. No início da década de 1970, o estado participava com

apenas 1,4% das vendas externas nacionais, um cenário que sofreu alterações importantes já naquela década, o que viria a ter conseqüências futuras, pelo forte impulso na participação catarinense nas décadas seguintes. Assim, durante a década de 1980 o estado passou a responder por 4,3% das exportações totais, o que o colocava em oitavo lugar no *ranking* das unidades da federação.

Os dados do período entre 1991 e 2005 mostram uma tendência de expansão das exportações catarinenses, com reflexos no aumento da participação do estado no agregado nacional. Em grande medida, isso ocorreu em virtude da diversificação da pauta e do aumento de competitividade dos principais produtos nos mercados externos.

Desse modo, a posição do estado no ranking nacional evoluiu do nono lugar registrado em 1989 para o sexto lugar nos últimos anos, sendo que o melhor resultado ocorreu no ano de 1995, quando Santa Catarina concentrou 5,7% das exportações brasileiras. No entanto, esse cenário expansivo não se repetiu nos primeiros anos do século XXI, uma vez que o percentual de participação obtido em 1995 não foi superado, apesar do grande crescimento das exportações do país nos últimos anos.

Tabela 2: Desempenho da Balança Comercial Catarinense e participação na BC do país

A n o	SANTA CATARINA					Representação na Balança Comercial do Brasil		
	Exportação		Importação		Saldo	Exportação	Importação	Saldo Comercial
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	(A) – (B)			
1991	1.509.784	3,60%	368.104	12,73%	1.141.680	4,77%	1,75%	10,79%
1992	1.789.864	18,55%	408.926	11,09%	1.380.938	5,00%	1,99%	9,06%
1993	2.198.137	22,81%	491.469	20,19%	1.706.668	5,70%	1,95%	12,81%
1994	2.404.689	9,40%	877.909	78,63%	1.526.780	5,52%	2,65%	14,59%
1995	2.652.025	10,29%	1.198.541	36,52%	1.453.484	5,70%	2,40%	141,94%
1996	2.637.308	-0,55%	1.249.005	4,21%	1.388.303	5,52%	2,34%	124,80%
1997	2.803.152	6,29%	1.407.807	12,71%	1.395.345	5,29%	2,36%	120,63%
1998	2.605.306	-7,06%	1.270.694	-9,74%	1.334.612	5,09%	2,20%	120,15%
1999	2.567.364	-1,46%	883.465	30,47%	1.683.899	5,35%	1,79%	231,23%
2000	2.711.703	5,62%	957.133	8,34%	1.754.570	4,92%	1,71%	333,01%
2001	3.028.399	11,68%	860.240	10,12%	2.168.159	5,20%	1,55%	81,80%
2002	3.157.065	4,25%	931.430	8,28%	2.225.635	5,23%	1,97%	16,96%
2003	3.695.786	17,06%	993.727	6,69%	2.702.059	5,06%	2,06%	10,90%
2004	4.853.506	31,33%	1.508.948	51,85%	3.344.558	5,03%	2,40%	9,93%
2005	1.253.320	26,65%	442.738	48,07%	810.582	5,13%	2,74%	9,75%
Média	2.758.149	9,41%	957.671	14,35%	1.800.478	5,22%	2,10%	25,37%

US\$ 1.000 FOB

Fonte: MDIC/Secex

As exportações por fator agregado são mostradas no gráfico 4, que permite constatar uma grande modificação na participação de cada fator no valor total exportado

a partir dos anos de 1990. Transparece que nas últimas duas décadas consolidou-se no estado uma estrutura de exportação em que os produtos manufaturados são predominantes.

Os produtos básicos evidenciaram presença crescente na pauta das exportações catarinenses até meados dos anos de 1980, quando atingiram (em 1985) quase 50% do valor exportado. Daí em diante, sua participação diminuiu, a ponto de no ano 2000 não ter ido muito além de $\frac{1}{4}$ do total. No entanto, a partir do ano de 2000 eles voltaram a aumentar sua participação nos agregados exportáveis gerais do estado. Em parte, isso se deve a forma de inserção do comércio externo (do país e também do estado) que nos primeiros anos do século XXI expandiu seus mercados externos, porém de maneira mais facilmente para os produtos de menor valor agregado.

No que concerne aos produtos semi-manufaturados, uma grande mudança ocorreu a partir da década de 1980, com a forte tendência de queda na sua participação. Esse recuo se ampliou ainda mais na década de 1990, quando foi mínima a incidência desses produtos nas exportações estaduais (cerca de 3% do total). Pode-se dizer que em Santa Catarina esses produtos seguem trajetória semelhante àquela verificada no conjunto do país, escala em que os semi-manufaturados se mantêm na faixa de 15% das exportações totais.

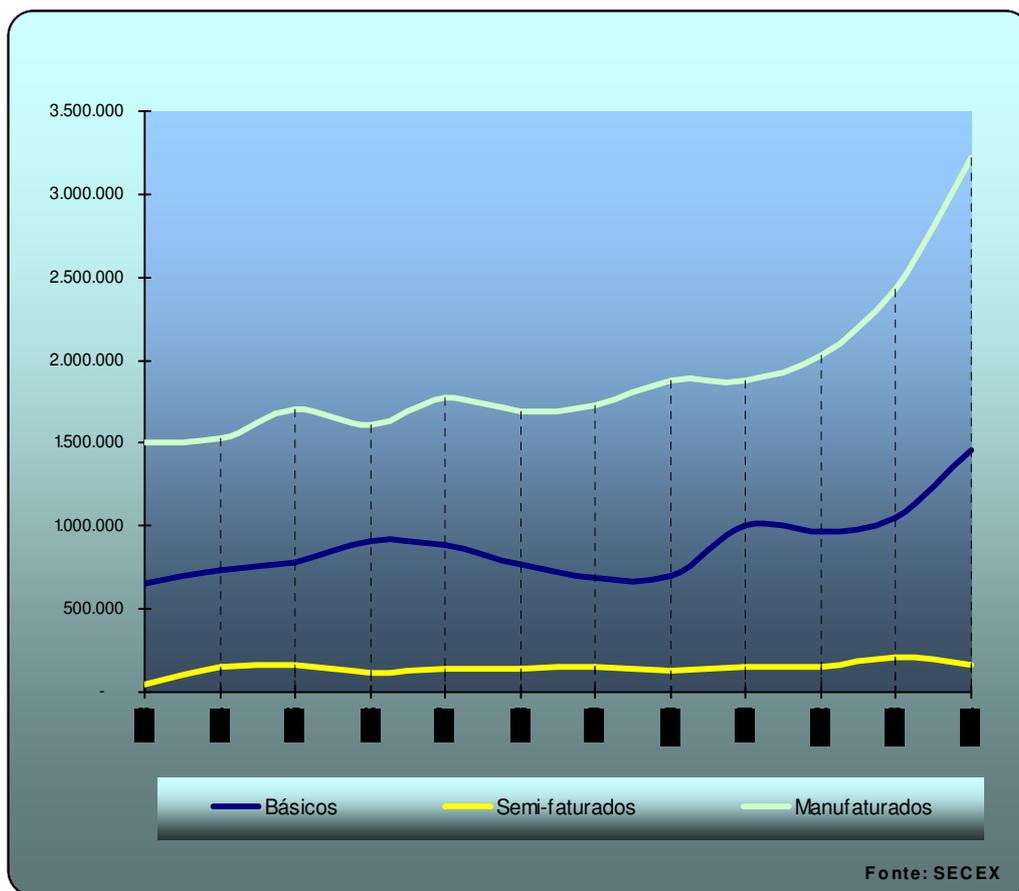
Isso indica que é, portanto, no âmbito dos produtos manufaturados que se observa o notável desempenho exportador da economia catarinense. O crescimento foi contínuo a partir da segunda metade dos anos de 1980, tendo superado o patamar de 70% do total exportado nos primeiros anos do século XXI. Note-se que essa tendência é semelhante à do conjunto das exportações do país, cuja pauta vem consolidando os produtos manufaturados de forma cada vez mais expressiva.

Os principais produtos exportados são mostrados no gráfico 5. De um modo geral, nota-se que a pauta do comércio externo catarinense é marcada por uma grande diversidade, porém com predominância de poucos setores no volume global comercializado com o exterior.

Com isso, percebe-se que alguns produtos comandam toda a pauta exportadora, como é o caso das carnes de suínos e aves; dos móveis e dos compressores mecânicos. Este grupo de produtos responde atualmente por cerca de 50% do total exportado pelo estado, o que pode indicar certa especialização de alguns setores com maior inserção no mercado externo.

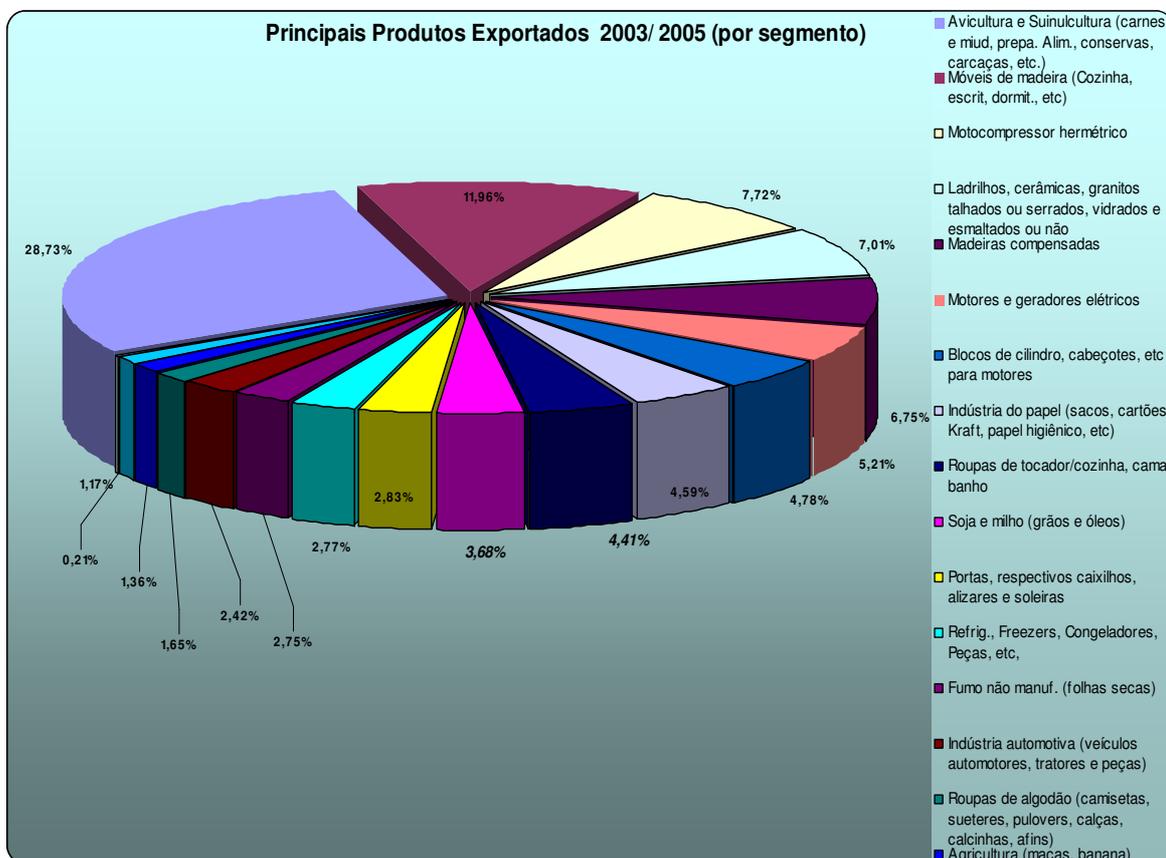
Um segundo grupo de produtos, com participação percentual bem inferior ao grupo anterior, é composto por produtos cerâmicos, madeiras compensadas, motores e indústria de papel, os quais respondem por aproximadamente 25% do total exportado. Isto significa que os dois grupos agregadamente comandam mais de 75% das exportações do estado.

Gráfico 4: Exportações de SC por fator agregado



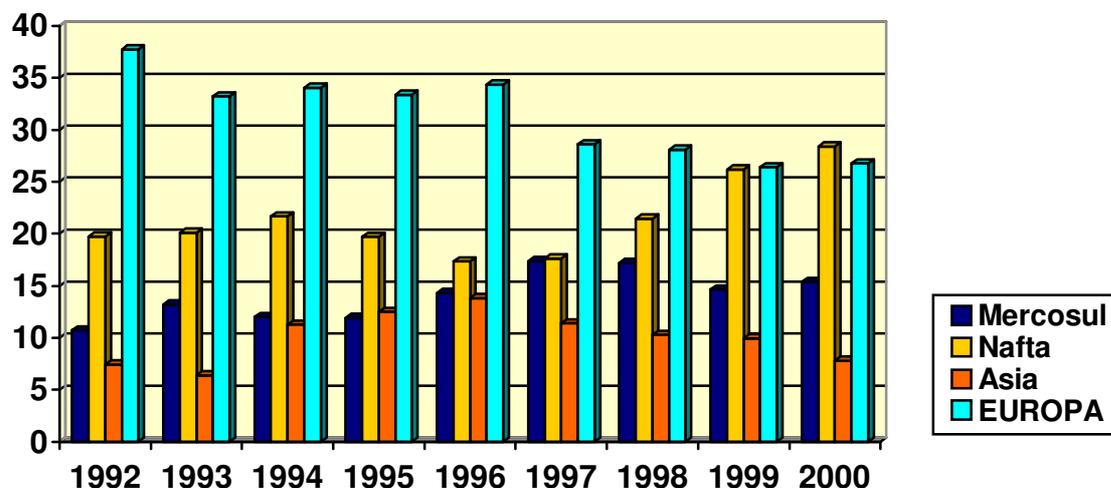
Um olhar mais atento revela que esse percentual encontra-se ligado a apenas quatro grandes cadeias produtivas, quais sejam: de carnes; de madeira e móveis; de máquinas, motores e equipamentos; e cerâmica. Ou seja, quatro cadeias produtivas comandam a maior parte dos exportáveis catarinenses, embora a pauta seja bem complexa.

Gráfico 5: Produtos exportados segundo os ramos produtivos (MDIC, 2005)



Os principais destinos das vendas externas catarinenses na década de 1990 são mostrados no gráfico 6. Os países da União Européia, do NAFTA e do MERCOSUL concentravam a maior parcela das exportações, mas entre 1992 e 2000 ocorreram algumas mudanças importantes no destino das vendas. Isso pode estar configurando algum tipo de reordenamento no comércio externo de Santa Catarina. Os indícios são fortes quando se tomam os blocos econômicos como unidades de análise. Houve forte queda das exportações catarinenses para a União Européia: de um patamar de 37,7% do total em 1992, essas vendas não representavam mais de 26,8% em 2000. Com isso, a Europa passou a apresentar valores inferiores aos do NAFTA, que teve a sua participação incrementada de 19,7% para 28,4% das vendas externas do estado no mesmo período. Ao mesmo tempo, o Mercosul aumentou a sua presença como destino, para cerca de 15%, enquanto a Ásia manteve-se praticamente no mesmo patamar do início da década de 90.

Gráfico 6: Exportações de Santa Catarina (1992/00 em %)

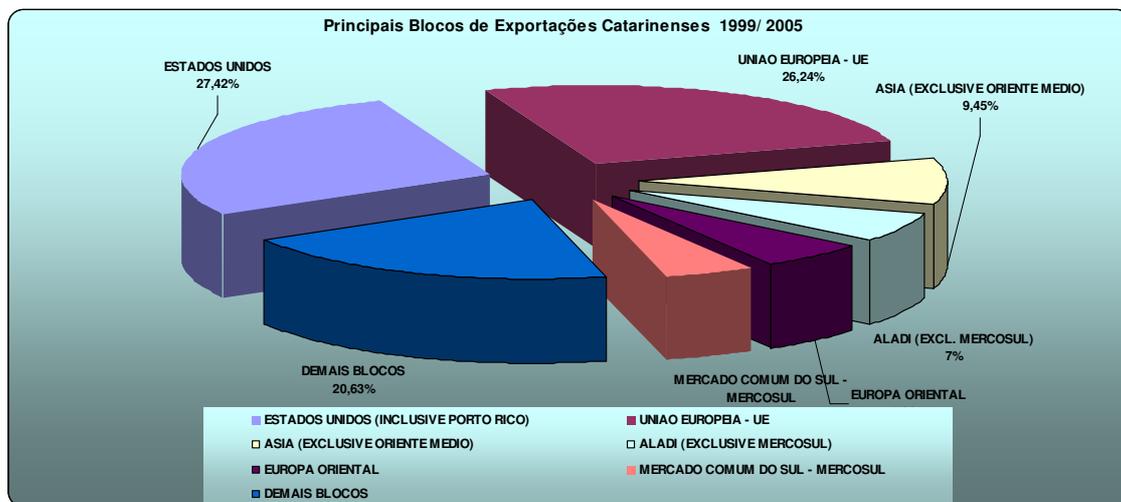


Fonte: Mattei & Lins (2001)

Essas tendências são um pouco diferentes quando se incorporam as informações relativas aos primeiros anos do século XXI, conforme gráfico 7. Em primeiro lugar, deve-se registrar que os dados relativos ao EUA correspondem ao bloco norte-americano, cujo desempenho mantém-se no mesmo patamar, ou seja, respondendo por aproximadamente 28% do total dos destinos da produção externa catarinense. A União Européia também não teve grandes oscilações, permanecendo com seu patamar ao redor de 26%. Já o Mercosul reverteu a tendência dos anos de 1990, reduzindo fortemente sua participação no conjunto das exportações catarinenses. Em parte, isso se explica pela grande crise que se abateu sobre a economia Argentina nos primeiros anos do século XXI, levando a um forte processo restritivo do mercado importador daquele país, além de falências generalizadas de grandes empresas que faziam as transações comerciais.

O conjunto de indicadores analisados sugere que novas perspectivas se abriram para o estado nos mercados internacionais, o que não é estranho aos ganhos de competitividade outorgados pela reestruturação produtiva efetuada por alguns setores, envolvendo principalmente inovações tecnológicas e organizacionais. As iniciativas nessa direção foram impulsionadas, por um lado, pela política econômica do país que promoveu a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados e, por outro, pela própria globalização, que forçou a reestruturação das empresas, sob pena de contração dos respectivos espaços conquistados nos mercados externos.

Gráfico 7: Destino das exportações catarinenses entre 1999 e 2005



3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mantendo suas características históricas, a economia catarinense vem apresentando um desempenho elevado nas últimas décadas e questionando, inclusive, algumas análises que anunciavam a sua perda de espaço no cenário nacional, em função da abertura comercial e do processo de liberalização econômica implementado com mais força no país a partir de 1990.

Ao contrário, o que os dados dos últimos anos estão mostrando é que se abriram novas perspectivas para os produtos catarinenses, tanto no mercado interno como nos mercados internacionais. Isso só está sendo possível devido à competitividade que alguns setores conseguiram obter, seja através da inovação técnica ou da própria reestruturação produtiva.

Assim, verifica-se que o processo de globalização econômica obrigou um conjunto de empresas de setores líderes, sob o risco de perder espaço no cenário nacional e internacional, a uma completa reestruturação técnica e organizativa. Com isso, grupos centenários ainda administrados por familiares foram obrigados a se remodelar. Um dos caminhos que muitas empresas encontraram foi a formação de **joint ventures** ou a busca de novos sócios no mercado interno e externo, com o objetivo de manter as fatias de mercado já conquistadas e, se possível, expandir para novas áreas.

Talvez o melhor exemplo desse processo de reestruturação aconteceu no Sul do estado. Em menos de duas décadas, a economia da região passou por um profundo processo de mudanças. Até o final dos anos setenta, praticamente todas as atividades econômicas estavam relacionadas ao complexo carbonífero, que sofreu um desmonte parcial na década de noventa. Em seu lugar e a partir de alguns sub-produtos muito abundantes na região das minas (argila de boa qualidade) introduziu-se o ramo de minerais não metálicos. Com isso, em menos de vinte anos a região se transformou em um dos principais pólos cerâmico do país.

Apesar disso, nota-se que o estado de Santa Catarina não está na rota dos grandes investimentos que foram realizados na região Sul do país nas últimas décadas. Um exemplo disso foi a instalação de várias fábricas de automóveis no RS e no PR. Mesmo assim, os dados indicam que o estado aumentou sua participação na formação do PIB nacional. Sem dúvida, esse comportamento está relacionado ao tipo de empresas que estão instaladas no território catarinense e a própria estrutura econômica do estado (bastante diversificada e bem distribuída em pólos regionais, conforme vimos nas seções anteriores). Além disso, devem-se registrar as políticas governamentais dos últimos períodos que atuaram muito mais no sentido de garantir a continuidade das atividades por parte das empresas já instaladas do que procurar novos investidores externos.

Isso não quer dizer que em SC está se praticando uma política econômica voltada para seu próprio umbigo. Ao contrário, diversos ramos industriais estão participando cada vez mais no cenário econômico nacional. É o caso dos setores de plásticos (tubos, conexões, embalagens e descartáveis); de carnes (aves e suínos); de cerâmicos (pisos e revestimentos cerâmicos); metal-mecânico (máquinas, motores elétricos, compressores para refrigeradores); têxtil (cama, mesa, banho, tecidos e malhas) e mobiliário (móveis e utensílios). Além disso, vários produtos agropecuários mantêm a liderança nacional ao longo das últimas décadas, como é o caso da maçã, cebola e alho.

Isso tudo ajuda a manter a economia catarinense equilibrada e bem distribuída espacialmente, não a isentando, porém, de problemas. Na área de infra-estrutura básica há sérios problemas no setor energético que poderão vir a comprometer no futuro vários ramos industriais; o sistema rodoviário é precário e carente de investimentos e o sistema portuário, além de estrangulado, está muito defasado e operando com baixa produtividade, exceção talvez no caso do Porto de Itajaí.

Além disso, problemas relacionados ao processo econômico em curso no país afetaram a dinâmica de algumas regiões. É o caso do setor têxtil e de confecções no Vale do Itajaí que, com a abertura comercial indiscriminada perdeu competitividade nos mercados nacional e internacional. A resposta de alguns empresários a esse problema foi transferir plantas industriais para outros estados que oferecem incentivos fiscais e onde a mão-de-obra é bem menos onerosa. Neste caso específico, verifica-se um movimento em direção à região Nordeste, especialmente para o estado do Ceará.

Já na área das grandes agroindústrias, várias empresas estão instalando novos frigoríficos na região Centro-Oeste, especialmente no estado de Goiás, onde os custos dos insumos (milho e soja) são menores e também os incentivos fiscais são maiores. Com isso, há uma perspectiva de queda das atividades econômicas no Oeste Catarinense, uma vez que essas grandes empresas foram decisivas para o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSSLE, Ondina P. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/FIESC. 1988.
- CAMPOS, Renato R., CÁRIO, Sílvia A.F., NICOLAU, José A. “Arranjo produtivo têxtil-vestuário do Vale do Itajaí/SC”. *Texto para Discussão*, Florianópolis, UFSC/Departamento de Ciências Econômicas, n. 3/2000, 2000.
- CAMPOS, Renato R., NICOLAU, José A., CÁRIO, Sílvia A. F. “Processos de aprendizagem tecnológica em sistemas produtivos locais: o caso do *cluster* da indústria cerâmica em Santa Catarina”. *Texto para Discussão*, Florianópolis, UFSC, Departamento de Ciências Econômicas, n. 19/99, 1999.
- CANO, Wilson. *Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 8, 1997.
- CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. *Evolução Histórico-econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG, 1980, 217p.
- DENK, Adelino. *Dinâmica competitiva do cluster moveleiro da região de São Bento do Sul – Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Economia, 2000.
- FABRE, Ademar J. *Complexo de revestimentos cerâmicos do sul de Santa Catarina: análise sob enfoque do conceito de cluster ou distrito industrial*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1999.
- GASTALDON, Murialdo C. *O segmento plástico no sul catarinense: uma abordagem sobre a situação recente à luz da problemática dos clusters e distritos industriais*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Economia, 2000.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.**

Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HERING, Maria Luiza Reunax. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí** : o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau : Ed. da FURB, 1987. 334 p.

LINS, Hoyêdo Nunes, MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do Século XXI. In: **Padrão competitivo e dinâmica econômica: estudos sobre setores selecionados em Santa Catarina**. CARIO, S.; BARBOSA PEREIRA, L.; KOEHLER, M. (orgs.). Florianópolis: UFSC, 2001.

LINS, Hoyêdo N. *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*.

Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LOCATELLI, Carlos. *O centro-oeste além do milho*. Florianópolis, UFSC, Programa de Mestrado em Economia (trabalho de conclusão de disciplina), março 1999.

LOMBARDI, Laci. *Indústria têxtil de Blumenau: consolidação, crise e reestruturação*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Economia, 2001.

MACEDO, André L. *O esforço tecnológico das empresas líderes do segmento de máquinas e equipamentos em Santa Catarina na década de 90: o caso da Embraco e da WEG*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Economia, 2001.

MAMIGONIAM, Armen. “Estudo geográfico das indústrias de Blumenau”. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, n. 27, jul.-set. 1965, p. 389-481.

MATTEI, Lauro, LINS, Hoyêdo N. “Uma defesa do planejamento”. *Fórum de Líderes*, São Paulo: Gazeta Mercantil, ano III, n. 5, dezembro 2000, p. 96-97.

PACHECO, Carlos A. “Novos padrões de localização industrial: tendências recentes dos indicadores da produção industrial”. *Texto para Discussão*, Brasília: IPEA, n. 633, 1999.